



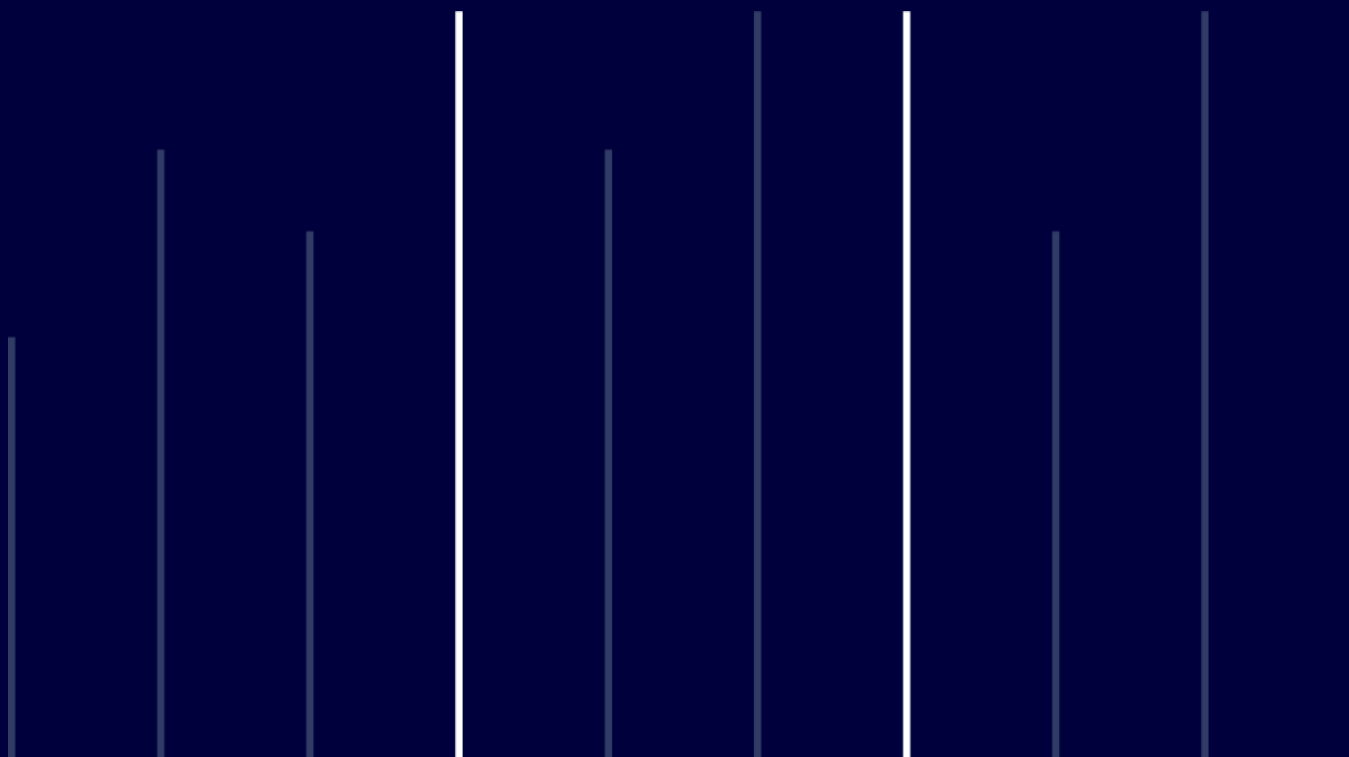
Safra

**Demonstrações Contábeis
referentes ao período findo em
31 de Dezembro de 2025**

**JS Companhia Securitizadora de
Créditos Financeiros S.A.
CNPJ 54.337.697/0001-10**

Avenida Paulista, 2.100 - Bela Vista, São Paulo, SP

Alexei De Bona
Contador - CRC nº PR036459/O-3



ÍNDICE

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA JS COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

BALANÇO PATRIMONIAL.....	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO.....	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	6
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	7

NOTAS EXPLICATIVAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	8
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	8
3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS.....	8
4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS.....	11
5. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES.....	11
6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	11
7. PARTES RELACIONADAS.....	12
8. OUTRAS INFORMAÇÕES	12

Relatório da Administração

Apresentamos o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis da JS Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis relativos ao período findo em 31 de dezembro de 2025.

Conjuntura Econômica

O ritmo de expansão da atividade econômica brasileira arrefeceu no segundo semestre de 2025, em resposta aos efeitos da política monetária restritiva. As contas externas permanecem saudáveis e a balança comercial acumulou superávit de US\$ 68 bilhões no período. A valorização cambial e a contenção do preço de commodities no mercado internacional mantiveram os preços no atacado bem-comportados, contribuindo para a desaceleração dos custos de produção das empresas. Nesse contexto, o IPCA acumulado em doze meses passou de 5,2% em setembro para 4,3% em dezembro. O Banco Central manteve a taxa básica de juros em 15,00% a.a. nas últimas reuniões de 2025, reforçando o compromisso de convergência da inflação à meta no horizonte relevante.

Desempenho

A JS Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. encerrou 31.12.2025 com patrimônio líquido de R\$ 1.101, com seus ativos totalizando R\$ 1.107, representados principalmente por aplicações em títulos e valores mobiliários. A companhia, constituída em 15.02.2024, tem por objeto social a aquisição e securitização de créditos oriundos dos mais diversos tipos de operações, além da realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de crédito mencionadas.

Diretoria.

São Paulo, 27 de março de 2026.

**BALANÇO PATRIMONIAL PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
EM MILHARES DE REAIS**

ATIVO	Notas	2025	2024	PASSIVO	Notas	2025	2024
Disponibilidades		100	100	PASSIVO		6	6
Ativos financeiros - Aplicações financeiras	4(a)	998	936	Passivos fiscais		6	6
Ativos fiscais		9	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6(a)	1.101	1.030
				Capital social		1.000	1.000
				Reservas de lucros		101	30
TOTAL DO ATIVO		1.107	1.036	TOTAL DO PASSIVO		1.107	1.036

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
EM MILHARES DE REAIS**

	Notas	2025	2024
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		94	39
Despesas administrativas		(32)	(12)
Resultado financeiro	7(b)	126	51
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		94	39
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(23)	(9)
LUCRO LÍQUIDO		71	30
Lucro básico e diluído por ações em R\$		0,07	0,03

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
EM MILHARES DE REAIS**

	2025	2024
LUCRO LÍQUIDO	71	30
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE	71	30

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
EM MILHARES DE REAIS**

	Capital Social	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Total
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2024	-	-	-	-
Integralização de capital - Nota 6(a)	1.000	-	-	1.000
Lucro líquido do período	-	-	30	30
Destinações:				
Reserva legal	-	2	(2)	-
Reserva especial	-	28	(28)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	1.000	30	-	1.030
MUTAÇÕES DO PERÍODO	1.000	30	-	1.030
Lucro líquido do período	-	-	71	71
Destinações:				
Reserva legal	-	4	(4)	-
Reserva especial	-	67	(67)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	1.000	101	-	1.101
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	71	-	71

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
EM MILHARES DE REAIS**

	Notas	2025	2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
RESULTADO OPERACIONAL AJUSTADO		94	39
Resultado operacional antes da tributação		94	39
Lucro líquido		71	30
Ajuste de provisão para impostos sobre o lucro corrente e diferido		23	9
VARIAÇÕES DOS ATIVOS E PASSIVOS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(94)	(939)
APLICAÇÕES LÍQUIDAS		(94)	(939)
Em ativos financeiros		(62)	(936)
Em ativos e passivos fiscais		(32)	(3)
CAIXA LÍQUIDO GERADO/(APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		-	(900)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Integralização de capital	6(a)	-	1.000
CAIXA LÍQUIDO GERADO/(APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		-	1.000
AUMENTO/(REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		-	100
Caixa e equivalente de caixa no início do período		100	-
Caixa e equivalente de caixa no fim do período		100	100
AUMENTO/(REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		-	100

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

A DIRETORIA

Alexei De Bona
Contador - CRC nº PR036459/O-3

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (EM MILHARES DE REAIS)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A JS Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. (“Companhia”), constituída em 15.02.2024, sediada na Avenida Paulista, 2.100, São Paulo – SP, CEP 01310-930, Brasil, tem por objeto social a aquisição e securitização de créditos oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimentos, sociedades de créditos imobiliários, sociedades de arrendamento mercantil, sociedades de créditos, financiamento e investimento, associações de poupança e empréstimo, caixas econômicas e companhias hipotecárias, entre outros; a emissão e a colocação, privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação aplicável; e a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de créditos supracitados.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Base de preparação

As Demonstrações Contábeis da Companhia, aprovadas pela Diretoria em 27.03.2026, foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as disposições da Lei 6.404/1976 (Lei das S.A.) e respectivas alterações trazidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, além dos respectivos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que forem aplicáveis.

Declaramos que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Companhia apresenta as contas do Balanço Patrimonial por ordem decrescente de liquidez e exigibilidade, sem abertura entre circulante e não circulante, conforme CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nas notas explicativas apresentamos, para as contas significativas, os montantes esperados a serem realizados em até 12 (doze) meses e em prazo superior.

b) Adoção de novos normativos

CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis: a norma tem como objetivo fornecer aos investidores informações mais transparentes e comparáveis sobre o Desempenho Financeiro das entidades e exige a criação de novos subtópicos na estrutura da Demonstração de Resultado, além de determinar a divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração e substituirá o CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis a partir de 01.01.2027.

c) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

a) Apuração do resultado

A apuração de resultado é efetuada pelo regime de competência, ou seja, as receitas e despesas são reconhecidas no resultado no período em que elas ocorrem, simultaneamente quando se relacionam independentemente do efetivo recebimento ou pagamento.

b) Fluxos de Caixa

I. Caixa e equivalentes de caixa: são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, e ativos financeiros, com prazo total de aplicação de até 90 (noventa) dias, sendo o risco de mudança no valor de mercado destes considerado imaterial. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

II. Demonstração dos Fluxos de Caixa: é elaborada com base nos critérios estabelecidos pelo CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa. Os fluxos de caixa das atividades operacionais são apresentados pelo método indireto. Já os fluxos de caixa das atividades de investimento e de financiamento são apresentados com base nos pagamentos e recebimentos brutos.

c) Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são mensurados inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados e classificados de acordo com o modelo de negócios em três categorias de mensuração: (i) Custo amortizado; (ii) Ao valor justo em outros resultados abrangentes; (iii) Ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado.

d) Mensuração do valor justo

A metodologia aplicada para mensuração do valor justo (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que inclui a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data-base das Demonstrações Contábeis. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

A Companhia maximiza o uso dos dados observáveis e minimiza-se o uso dos dados não observáveis ao apurar o valor justo, classificando os instrumentos financeiros conforme hierarquia do valor justo estabelecida pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo. O Nível I abrange os instrumentos financeiros cuja metodologia de mensuração do valor justo utiliza dados observáveis que refletem os preços cotados nos mercados ativos. No Nível II são classificados os instrumentos financeiros mensurados utilizando dados que são direta ou indiretamente observáveis em instrumentos financeiros semelhantes. Finalmente, no Nível III são classificados aqueles instrumentos financeiros mensurados a valor justo utilizando dados não observáveis de mercado, conforme metodologia que reflete premissas próprias da Companhia.

e) Ativos e passivos contingentes

São reconhecidos, mensurados e divulgados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, da seguinte forma:

(i) Ativos Contingentes: são possíveis ativos que resultam de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da entidade. O ativo contingente não é reconhecido nas Demonstrações Contábeis, e sim divulgado caso a realização do ganho seja provável. Porém, quando existem evidências de que a realização do ganho é praticamente certa, o ativo deixa de ser contingente e passa a ser reconhecido.

(ii) Provisões e passivos contingentes: são obrigações presentes (legal ou não formalizada) resultantes de eventos passados, na qual seja provável uma saída de recursos para sua liquidação e que seja mensurada com confiabilidade, deve ser reconhecida pela entidade como uma provisão. Caso a saída de recursos para liquidar a obrigação presente não seja provável ou não possa ser confiavelmente mensurada, ela não se caracteriza como uma provisão, mas sim como um passivo contingente, não devendo ser reconhecida, mas divulgada, a menos que a saída de recursos para liquidar a obrigação seja remota.

Também se caracterizam como passivo contingente as possíveis obrigações resultantes de eventos passados e cuja existência seja confirmada apenas pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Essas obrigações possíveis também devem ser divulgadas. As obrigações são avaliadas pela Administração com base nas melhores estimativas e levando em consideração o parecer dos assessores jurídicos, que reconhece uma provisão quando a probabilidade de perda é considerada provável; e divulga sem reconhecer provisão quando a probabilidade de perda é considerada possível. As obrigações cuja probabilidade de perda é considerada remota não requerem provisão ou divulgação.

Os depósitos judiciais não vinculados às provisões para contingências e às obrigações legais são atualizados mensalmente.

f) Tributos

I. Reconhecimento e mensuração

A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15%, podendo ser acrescida do adicional de 10%, conforme Lei 9.249/1995. A contribuição social foi apurada à alíquota de 9%. As alíquotas incidentes de PIS e COFINS são 0,65% e 4% na base cumulativa, respectivamente.

Os tributos diferidos, representados pelos créditos tributários e pelas obrigações fiscais diferidas, são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis das demonstrações contábeis.

II. Reforma tributária

A Companhia vem acompanhando as discussões sobre os impactos da Reforma dos tributos sobre o consumo atualmente em curso no Brasil, assim como sobre a sua regulamentação. Parcela relevante das discussões decorre da Lei Complementar 214, de 16 de janeiro de 2024, bem como da Lei Complementar 227, de 13 de janeiro de 2026. A Administração continuará monitorando a evolução das normas complementares e avaliará os ajustes necessários nos processos e sistemas internos quando houver maior clareza sobre as definições que ainda estão pendentes.

g) Uso de estimativas e julgamentos contábeis

A preparação das Demonstrações Contábeis exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como valor justo de ativos financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

h) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado dividindo o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações em circulação durante o ano, excluindo a quantidade média das ações compradas pela Companhia e mantidas em tesouraria, se aplicável. O resultado por ação do período comparativo é apresentado utilizando o número proporcional e a quantidade de ações do período corrente. O lucro por ação diluído não difere do lucro por cota básico, pois não há ações com potencial efeito diluidor.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Composição da carteira

31.12.2025					
	Custo Contábil	Ajuste ao Valor Justo	Valor Justo	Até 90 dias	De 91 a 365 dias
Mensurados ao valor justo por meio do resultado	998	-	998	-	998
Certificado de Depósito Bancário ^{1 2 3}	998	-	998	-	998
Total em 31.12.2025	998	-	998	-	998
Total em 31.12.2024	936	-	936	-	936

¹ Indexado a 100% do CDI. ² Partes relacionadas – Nota 7(b). ³ Nível 2 – Nota 3(d).

Durante os períodos findos em 31.12.2025 e 31.12.2024, a Companhia não possuía posições próprias em instrumentos financeiros derivativos.

b) Análise de sensibilidade

A Administração gerencia continuamente os negócios cujo controle da Companhia é exercido pelo Banco Safra S.A., e sua exposição aos riscos de mercado através de Comitê específico, observando os limites estabelecidos pelo Conselho de Administração, e em conformidade com as melhores práticas de mercado. Desta forma, de acordo com a natureza das atividades e a totalidade das exposições, a análise de sensibilidade consiste em uma simulação que não considera o poder de reação da Administração frente aos cenários apresentados. Estes cenários são considerados com base na deterioração em fatores de risco e estando em conformidade ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, para os instrumentos financeiros derivativos e as demais exposições que podem sofrer impactos relevantes sobre o resultado. No período findo em 31.12.2025, as aplicações existentes não apresentaram valores relevantes de risco.

5. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Não há ativos e passivos contingentes a serem divulgados.

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da companhia no montante de R\$ 1.000 (R\$ 1.000 em 31.12.2024) está representado por 1.000.000 (1.000.000 em 31.12.2024) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Acionista	Quantidade	(%)
Banco Safra S.A.	999.999	99,99%
Elong Administração e Representações Sociedade Unipessoal Ltda.	1	0,01%
Total	1.000.000	100%

Em Ata de Assembleia Geral de Constituição da Companhia realizada em 15 de fevereiro de 2024, o capital inicial integralizado foi de R\$ 1.000 em moeda corrente nacional.

7. PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da administração

Na Ata de Assembleia Geral de Constituição realizada em 12.05.2025, foi aprovado pelos acionistas o valor máximo de remuneração global anual dos Administradores no montante de R\$ 2.000 (R\$ 1.000 em 31.12.2024). No período não houve pagamento de remuneração aos administradores da Companhia.

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

b) Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento ao CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas.

	Ativos/(Passivos)		Receitas/(Despesas)	
	31.12.2025	31.12.2024	2025	2024
Certificado de depósito bancário - Banco Safra S.A. - Nota 4(a)	998	936	126	51

8. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gestão de riscos

A Companhia, através de seu controlador Banco Safra, realiza a gestão de riscos por meio da metodologia de três linhas de defesa e mantém um conjunto de procedimentos, alinhados as melhores práticas do mercado, que garantem o cumprimento das determinações legais, regulamentares, e de suas políticas internas.

No site do Banco Safra (www.safra.com.br) e também no portal de dados abertos do BCB, estão disponíveis as informações do Relatório de Pilar 3, com informações referentes à gestão de riscos e gestão de capital, estabelecidas pela Resolução BCB 54/2020.



Safran